



AGENDA 2030 E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS): UMA ANÁLISE DA COMUNIDADE TRADICIONAL QUILOMBOLA SANTA JUSTINA E SANTA IZABEL/RJ

Lucimar Ferraz de Andrade Macedo¹
Diná Andrade Lima Ramos²
Priscila Ribeiro Lima³

1 INTRODUÇÃO

O estudo discute a realidade da Comunidade Tradicional Quilombola (CTQ) Santa Justina e Santa Izabel em relação ao alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030⁴.

Santa Justina - Santa Izabel é uma CTQ composta por 69 famílias, localizada no município de Mangaratiba – RJ. Possui uma área de 1.358,5317 hectares com os seguintes limites e confrontações: Fazenda da Lapa; Rio do Saco; faixa de domínio da BR-101 Rodovia Rio-Santos e Fazenda Porto Belo (INCRA, 2021).

Schneider (2010) aponta que a partir da década de 1990, o desenvolvimento rural trouxe novas reflexões, influenciadas pelas transformações de ordem social, política e econômica da época. Essas novas reflexões desdobraram em políticas governamentais direcionadas principalmente para agricultura familiar e o apoio aos territórios rurais. Desta forma, analisar as demandas inerentes ao desenvolvimento sustentável e o alcance do que está proposto poderá colaborar para o planejamento das ações governamentais na CTQ Santa Justina e Santa Izabel e a qualidade de vida no território.

¹Doutora em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Pesquisadora do LCIDS//UFRRJ. Email: luferraz@yahoo.com.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2936893561013851>

²Economista, Professora permanente do DCEEx/ITR/UFRRJ, Doutora em Políticas Públicas para o meio rural, Mestre em Demografia, Pesquisadora do PEPDT e Coordenadora do LCIDS//UFRRJ, e-mail: dinalr@ufrj.br Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2973656775835876>.

³ Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Pesquisadora do LCIDS//UFRRJ. Email: prisrl@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0568924527428187>

⁴ Organização das Nações Unidas (ONU). Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 20/08/2020.



Através de aplicação de um questionário simplificado, dividido em blocos temáticos sobre trabalho, serviços e organização social, objetivou analisar o alcance dos ODS da Agenda 2030 no território. Os dados apontam a necessidade de uma nova conscientização, baseada na adoção de objetivos de simples entendimento e construídos a partir de valores culturais invariáveis – dentre eles o fortalecimento da participação social em instâncias externas e internas ao território além de medidas governamentais para acesso a serviços básicos de saúde, educação e assistência social.

2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E AGENDA 2030

O surgimento do território, enquanto lugar de execução das políticas públicas e ação dos atores sociais, implica, no entanto, diversas consequências. Como salienta Schneider (2004), os espaços não são meros suportes das relações sociais, econômicas, culturais e políticas. As instituições, as organizações e as relações que configuram o tecido social nos territórios são os recursos efetivamente habilitados para se traduzirem em projetos de desenvolvimento. Segundo Bonnal e Maluf (2007) discutir sobre um modelo de desenvolvimento territorial diferenciado do modelo mercantil, neoliberal, implica uma visão crítica respaldada em políticas públicas que visam projetos de desenvolvimento regionais e locais.

A Agenda 2030 foi constituída, tendo como foco as áreas social, econômica e ambiental, abrangendo o período de 2016 a 2030; nela constam os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas 169 metas.

Para se pensar no alcance dos objetivos da agenda, cada governo é responsável pelo acompanhamento e avaliação do progresso obtido nos níveis regional, nacional e global, tendo que desenvolver e utilizar indicadores compostos por dados territoriais acessíveis, atualizados e confiáveis, cujo uso deverá ser frequente por serem a chave do planejamento e tomada de decisão. O implemento da Agenda requer que cada país lide com suas diferentes realidades, capacidades e níveis de desenvolvimento, enfrentando desafios específicos para o seu estabelecimento e execução.

A Agenda consiste em um plano de ação para a humanidade e o planeta. Reconhece-se que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões,

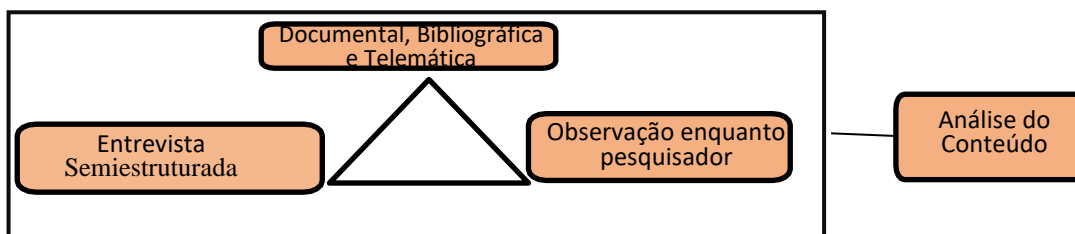


incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.

3 METODOLOGIA

O estudo apresenta uma abordagem qualitativa (FLICK, 2009), utilizando como alicerce análises históricas tendo como coleta de dados a pesquisa bibliográfica, documental, telemática e pesquisa de campo (GIL, 2002). Para tal será utilizado um processo de análise e triangulação de métodos de pesquisa, onde ocorre a “*combinação e cruzamento de múltiplos pontos de vista*” (MINAYO, 2010).

Imagem 01. Método de Triangulação de Pesquisa



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Minayo, 2010.

Na pesquisa de campo junto à comunidade do Quilombo Santa Justina e Santa Izabel, foram realizadas cinco (08) entrevistas semiestruturadas, com representantes da comunidade. As entrevistas foram estruturadas em blocos: trabalho, serviços e organização social; visando responder o objetivo do estudo.

Para a análise dos dados coletados em campo, buscou-se a sistematização das falas de acordo com a metodologia da análise do conteúdo na perspectiva de Bardin (1977), estruturadas a partir dos ODS da Agenda 2030.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segue abaixo a síntese das análises de acordo com pesquisa de campo junto à comunidade do Quilombo Santa Justina e Santa Izabel.

Quadro 1 – Síntese dos resultados



XI SAPIIS & VI ELAPIS

XI Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social
VI Encontro Latinoamericano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social

PERGUNTAS	RESULTADOS	ODS
Bloco Trabalho: Agricultura? Pesca? Artesanato? Trabalham fora do quilombo? Onde?	Se dedicam a agricultura familiar, no cultivo de aipim, banana, inhame, e outros e na produção de farinha. A Secretaria de Agricultura municipal desenvolve o projeto de feira livre, porém poucos agricultores estão inseridos pela dificuldade de transporte. Os que não trabalham na agricultura exercem trabalho remunerado fora do quilombo em empresas, prefeitura, entre outros.	ODS 2 envolve a importância da segurança alimentar, fator importante para as CTQS que têm a produção da agricultura familiar como fonte principal de renda. Observa-se a falta de ações governamentais para o fortalecimento da Agricultura familiar na CTQ, assim como o incentivo para o escoamento dos produtos. ODS 8 envolve a promoção do crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos. Na CTQ há fragilidade de políticas públicas que fomentem a promoção do turismo de base comunitária, que gere empregos, promova a cultura e os produtos locais. ODS 9 trata da construção de infraestruturas resilientes, de promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação. Na CTQ não há desenvolvimento de infraestrutura por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico; dificultando o escoamento dos produtos.
Bloco Serviços: Educação: Tem escola? Nível médio e fundamental? Creche? Universidade? ; Saúde: Tem posto de saúde, hospital? Saneamento básico: Possui água encanada, esgoto?	A comunidade não possui serviços básicos de educação, saúde e saneamento. Assim, escola, posto de saúde e hospital são encontrados apenas na Serra do Piloto ou Mangaratiba. A comunidade utiliza água da cachoeira e não possuem esgoto, apenas sumidouros.	ODS 3 - meta 3.8 trata do bem-estar de todos e a cobertura de saúde. Na CTQ não possui serviço de saúde. ODS 4 propõe garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável; fator importante para os alunos que residem nas CTQS, porém a CTQ não possui escola. ODS 6 aponta para assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos. Observamos que a CTQ não possui saneamento básico.
Bloco Organização Social: Como vocês se organizam para tratar de assuntos de interesse comum? Tem Associação de Moradores? Conselho Comunitário? Participa de algum conselho ou órgão que trata de interesse comum fora do quilombo?	O quilombo se organiza para suas pautas de reivindicações na Associação de Moradores Amigos e Amigas das Fazendas Santa Isabel e Santa Justina. Relatam que tem representantes no Colegiado da Baía da Ilha Grande e buscam orientações e parcerias junto a ACQUILERJ e o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores Sociais e Ambientalistas do Estado do Rio de Janeiro – PEPDDH/RJ.	ODS 5 - meta 5.5 , trata da garantia da participação das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública. Há fragilidade de participação nas instâncias de controle social municipal ODS 10 – meta 10.2 busca reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles, propondo que até 2030 possa empoderar e promover a inclusão social, econômica e política. O fortalecimento das instâncias de participação social é de suma importância para traçar estratégias com discussões entre governo e sociedade civil. As discussões acerca dos ODS 11, 12, 14 e 15 apontam para a preservação do patrimônio natural e o uso sustentável dos recursos naturais. Assim como, florestas, oceanos e mares. Não foi observado ações do governo local que visem uso sustentável do território; desta forma se faz urgente levar a pauta para instâncias de controle social internas e externas do território. ODS 16 - meta 16.7 busca garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis. Observado que há necessidade de fomento no acesso a instituições inclusivas para fortalecer o controle e gestão social da CTQ. ODS 17 – meta 17.17 , incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas, privadas e com a sociedade civil. Observado que há na CTQ não há participação em instâncias internas do território.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da pesquisa de campo.

5 CONCLUSÃO

Alguns pontos da Agenda 2030 abordam especificamente as necessidades da CTQ Santa Justina e Santa Izabel para o alcance dos objetivos do desenvolvimento sustentável. Os dados apontam a necessidade da urgência de medidas



governamentais de simples entendimento e construídos a partir de valores culturais e participativo entre os atores do território.

A fragilidade de políticas públicas que fomentem a promoção do turismo de base comunitária; a falta de infraestrutura por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico para os agricultores locais; a falta de acesso a serviços básicos de saúde, educação e assistência social; a ausência de saneamento básico e a carência de discussões acerca do uso sustentável dos recursos naturais são pontos destacados e que precisam ser discutidos a partir do fortalecimento da participação social em instâncias externas e internas ao território.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Territorial Sustentável; Agenda 2030; Políticas Públicas.

6 REFERÊNCIAS

BONNAL, P e MALUF, R. S. Políticas de desenvolvimento territorial e a multifuncionalidade da Agricultura Familiar no Brasil. In: **Colóquio Internacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável, I.**, 2007. Florianópolis. NMD/UGSC, 2007.

FLICK, U. **Introdução á Pesquisa Qualitativa**; tradução Joice Elias Costa. – 3. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. 8. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, 2015**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso: 20/07/2023.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro**. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial – Contribuições ao Debate / Flávio Borges Botelho Filho (organizador) – Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados. v. 5. n. 17, 2004.



XI SAPIS & VI ELAPIS

*XI Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social
VI Encontro Latinoamericano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social*

_____. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate.** Revista Economia Política vol. 30 n.º3 São Paulo July/Sept. 2010